

Unidades de conservação e Terras Indígenas ajudam a conter desmatamento na Amazônia brasileira

Áreas legamente protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas estão sendo uma ferramenta eficaz para conter o desmatamento. Esta é a principal conclusão de um estudo recentemente concluído e mandado para publicação: *Áreas protegidas ou parques de papel: A importância de áreas protegidas para a redução do desmatamento na Amazônia brasileira*, dos pesquisadores Leandro V. Ferreira, do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Eduardo M. Venticinque, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA).

O objetivo deste estudo é testar diferenças no nível de desmatamento dentro e fora de unidades de conservação (proteção integral e uso sustentável) e terras indígenas (denominadas aqui como áreas protegidas) em relação à distância das estradas nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso para ilustrar a importância dessas áreas protegidas como redutores do efeito do desmatamento na Amazônia (Figuras 1, 2 e 3).

Estes estados foram escolhidos devido a sua importância na participação do desmatamento da Amazônia Legal, totalizando cerca de 68% do total da área desmatada na Amazônia entre 1999-2000 (INPE (2001). Divulgação das Estimativas Oficiais do desflorestamento Bruto na Amazônia Brasileira – 1999-2000)

Os Estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso têm cerca de 29%, 18% e 24% de sua área já desmatada, respectivamente. Contudo, em termos de conservação da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais, é crucial determinar como está distribuído este desmatamento dentro e fora das áreas protegidas (Tabela 1).

Estado	total	% área desmatada		Diferença
		dentro de áreas protegidas	fora de áreas protegidas	
Rondônia	29,3	3,1	47,1	15,2
Pará	18,0	0,54	21,2	39,3
Mato Grosso	24,6	1,01	23,4	23,2

Este estudo demonstra que a proporção total da área desmatada fora das áreas protegidas sempre foi mais elevada do que no interior destas. Uma diferença que pode variar de 15 a 39 vezes dependendo do estado analisado (Tabela 1).

Um dos fatores mais relevantes sobre desmatamento na Amazônia é a existência ou não de vias de acesso (como estradas) às áreas protegidas, já que estas são reconhecidamente um dos principais responsáveis pelo desmatamento.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
Data	____/____/____
Cod.	NO. 00 237

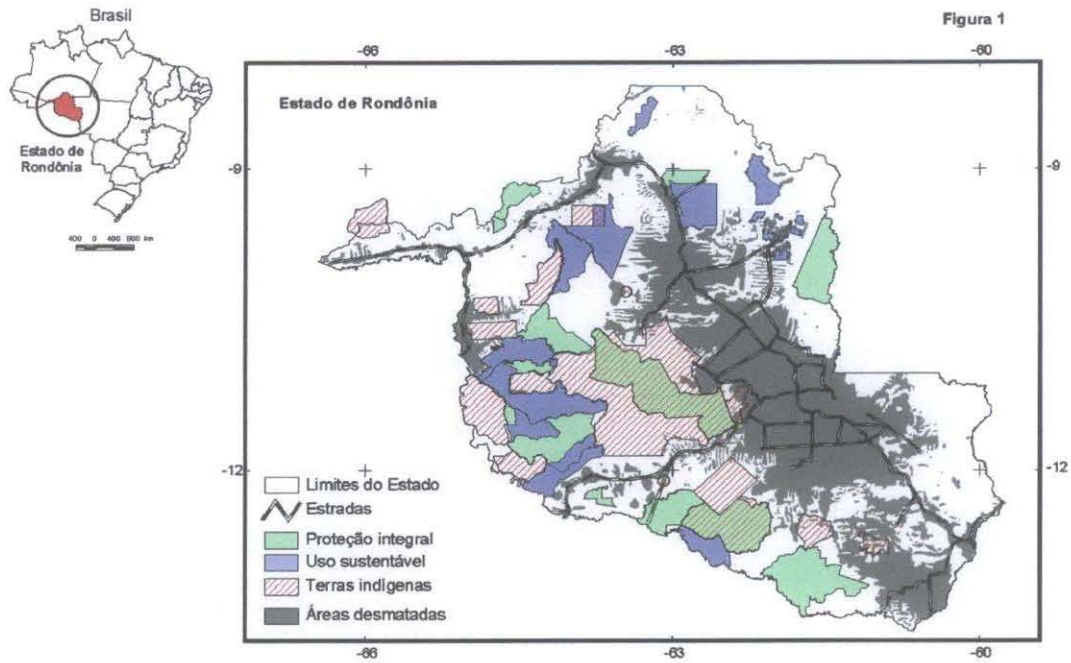


Figura 1 – Unidades de conservação e terras indígenas no Estado de Rondônia, mostrando as estradas e áreas já desmatadas.

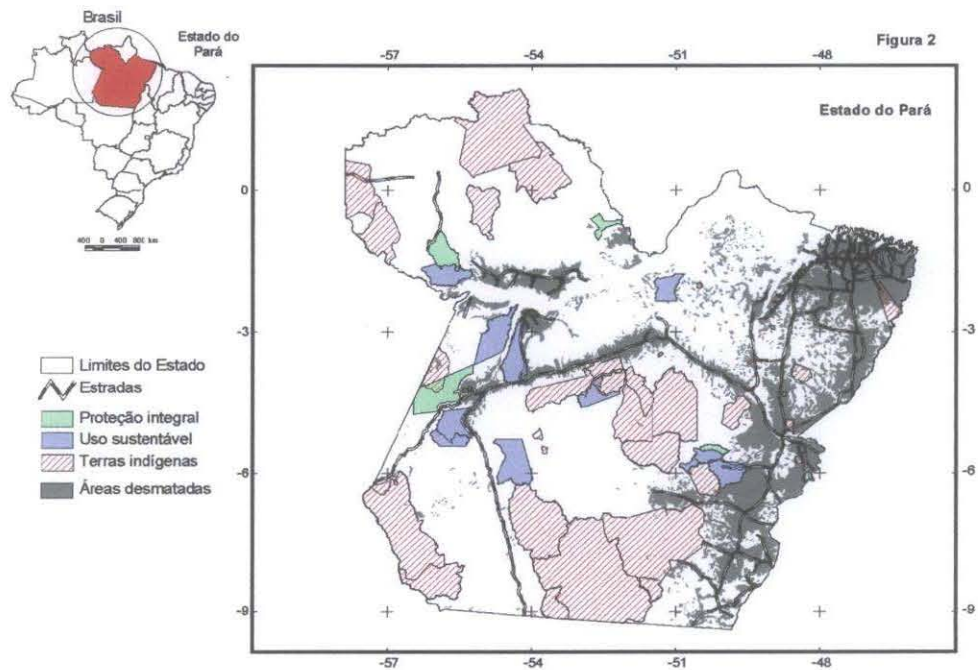


Figura 2 – Unidades de conservação e terras indígenas no Estado do Pará, mostrando as estradas e áreas já desmatadas.

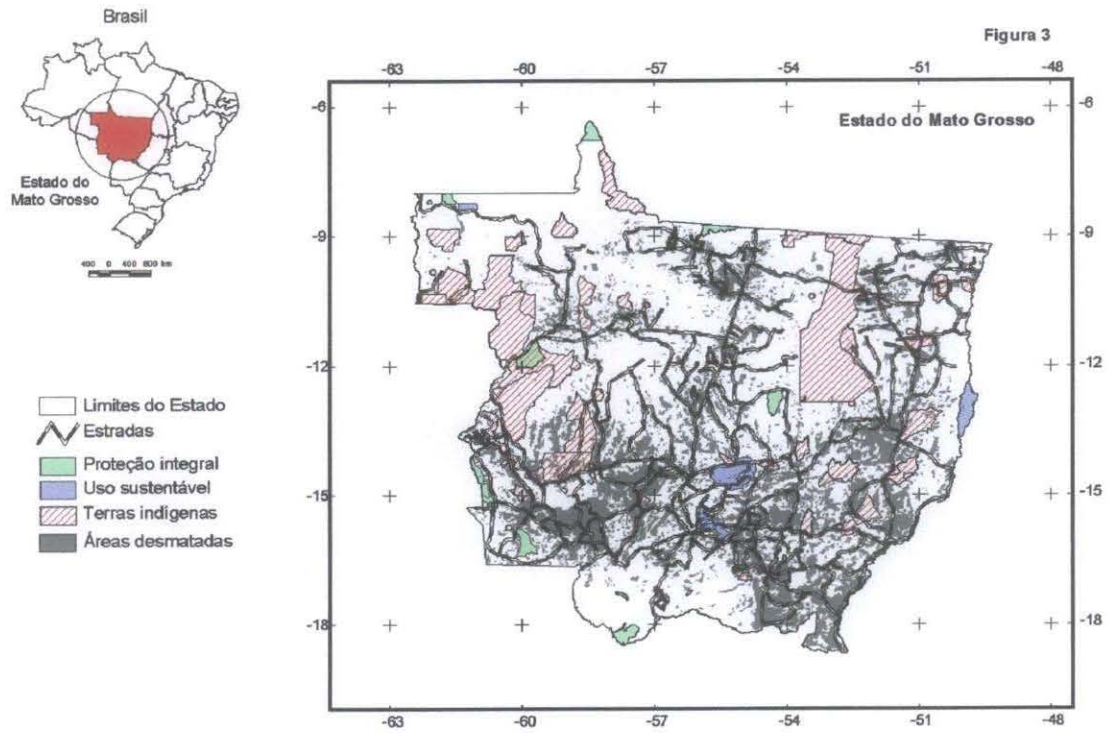


Figura 3 – Unidades de conservação e terras indígenas no Estado do Mato Grosso, mostrando as estradas e áreas já desmatadas.

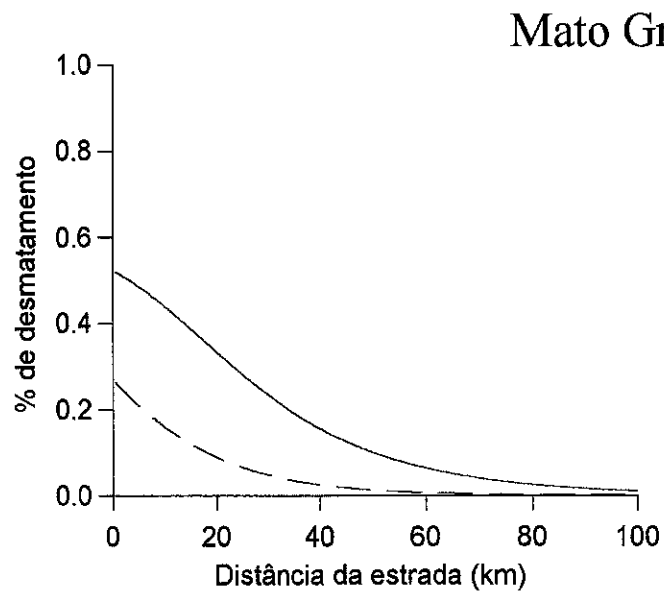
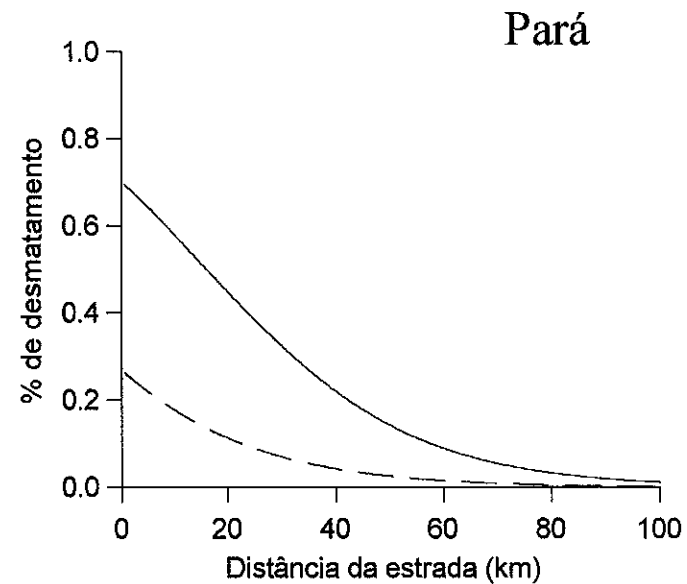
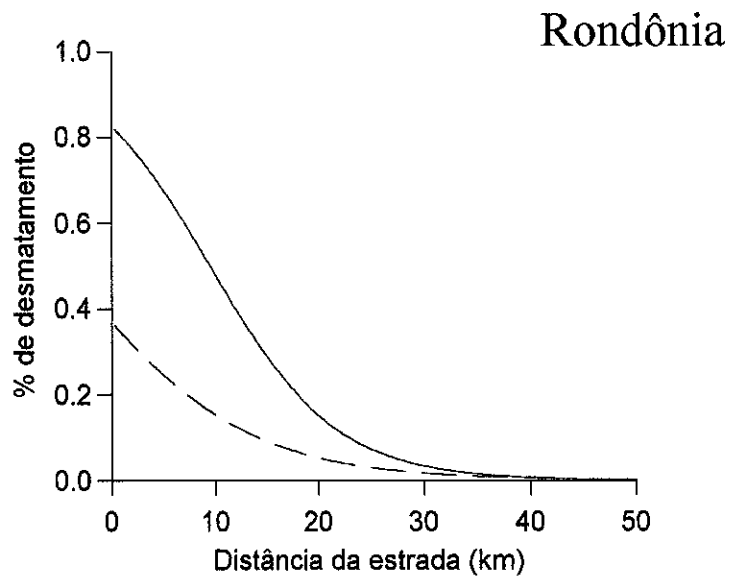


Figura 4 - Relação do desmatamento em função da distância de estradas dentro (azul) e fora (vermelho) das áreas protegidas nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso.

Este estudo demonstra que a proporção do desmatamento, em relação a distância que separa as áreas protegidas das estradas, apresentam padrões exponenciais, ou seja, uma grande proporção de desmatamento próximo as estradas e caindo rapidamente com a distância. Contudo, o desmatamento dentro das áreas protegidas é sempre menor do que fora delas nos 3 estados analisados (Figura 4). Isso derruba a crença de que as áreas protegidas sofreriam menos desmatamento somente pelo fato de estarem situadas mais distantes das estradas.

Estes resultados são extremamente importantes, em termos de políticas públicas para a Amazônia, onde sob o auspício do Programa Avança Brasil, o governo pretende investir cerca de 40 bilhões de dólares na construção e recuperação de cerca de 7500 km de estradas, aumentando drasticamente a acessibilidade a muitas áreas remotas (Laurance et al.(2002) Predictors of Deforestation in the Brazilian Amazon. *Journal of Biogeography* 29: 737-748). Desta forma, o atual sistema de áreas protegidas, associado a uma política de expansão deste sistema, nos estados de Rondônia, Pará e Mato Grosso e ainda em outros estados da Amazônia são certamente uma das ferramentas mais eficazes na redução do efeito do desmatamento em função das estradas.

Dr. Leandro Valle Ferreira

Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG)
Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia - CCTE
Av. Perimetral 1901 – Bairro Terra Firme
Belém-Brasil
CEP: 66077-530
email:lvferreira@museu-goeldi.br

Dr. Eduardo M. Ventincinque

Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)
Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais – PDBFF
Caixa Postal: 478
Manaus-Brasil
CEP: 69011-970
Email:edmventi@inpa.gov.br